

Balanço negativo

A legislatura do Congresso Nacional que se encerra no dia 31 de janeiro, apesar da decisão histórica do *impeachment* de Fernando Collor (*ver quadro*), foi marcada por uma série de fatos que serviram para tornar ainda mais negativa a imagem do Legislativo perante a opinião pública. O período parlamentar 91/95 foi o que registrou o maior número de denúncias envolvendo senadores e deputados federais. Oito deputados foram cassados pelo plenário da Câmara e quatro renunciaram ao mandato devido a evidências de irregularidades. Desde 1949, um deputado federal não era cassado pelo plenário.

O primeiro caso que afetou o Congresso foi a descoberta de uma carteira parlamentar falsa assinada pelo deputado Jabes Rabelo em poder do irmão Abdiel, preso em São Paulo com um carregamento de 554 quilos de cocaína. Jabes Rabelo acabou perdendo o mandato em novembro de 1991.

Em outubro de 93, surgiu o escândalo do pagamento de valores entre US\$ 30 mil e US\$ 50 mil pelo PSD a deputados federais que ingressassem na legenda. O objetivo era permitir que o partido pudesse apresentar uma candidatura própria à Presidência em 1994 e aumentar o tempo no horário eleitoral gratuito.

Período 91/95 do Legislativo ficou caracterizado pelas irregularidades envolvendo parlamentares

Mesmo registrando a entrada de 17 deputados nos últimos dias permitidos pela legislação, apenas um dos acusados de vender o mandato acabou sendo cassado: Itsuo Katayama (MT). O parlamentar chegou a declarar que "deputado era como jogador de futebol". Ou seja, o seu "passe", no caso o mandato, poderia ser negociado livremente. Os corruptores Onaireves Moura (PR) e Nobel Moura (RO) também foram cassados em dezembro de 1993.

Propinas – Entretanto, o caso que mais abalou a credibilidade do Congresso foi a descoberta das propinas pagas por empresas a parlamentares em troca da apresentação de emendas superfaturadas ao Orçamento da União. O maior escândalo da história parlamentar brasileira foi descoberto por acaso: a prisão do ex-chefe do departamento de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, acusado de ter participado do assassinato da mulher, Elizabeth Lofrano dos Santos. José Carlos mantinha em casa US\$ 1 milhão.

Preso, José Carlos revelou como obteve o dinheiro: participando do esquema de desvio de verbas do Orçamento, comandado pelo deputado João Alves, relator-geral da Comissão Mista de Orçamento. Dos cerca de 50 parlamentares acusados, apenas 18 acabaram indiciados pelo relator da CPI, Roberto Magalhães. Muitos nomes foram inocentados devido à falta de tempo para a conclusão das investigações. Desses, apenas seis foram cassados: Carlos Benevides, Raquel Cândido, Fábio Raunhetti, José Geraldo Ribeiro, o suplente Feres Nader e o ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro, que havia conduzido o processo que levou ao *impeachment* de Collor no ano anterior. Quatro deputados renunciaram antes do julgamento: os anões Cid Carvalho, Manoel Moreira, Genebaldo Corrêa, ex-líder do PMDB na Câmara, e o "anão-mestre" João Alves. Os outros oito acusados, como o ex-ministro de Collor, Ricardo Fiúza, acabaram inocentados, muitos por falta de quórum no dia do julgamento.

Quando se esperava que a legislatura não registrasse novos escândalos, surgiu a denúncia do uso da gráfica do Senado por 15 senadores e um deputado para impressão de calendários e cadernos com objetivo puramente eleitoral. Após a condenação do presidente do Senado, Humberto Lucena, pelo TRE da Paraíba, e da decisão do Supremo Tribunal Federal de não se manifestar, o Senado elaborou e aprovou em tempo recorde um projeto que livra Lucena e os demais acusados de qualquer sanção. (M.M.) ■

Esperança derrotada

A pesar de tudo, a legislatura 91/95 deixa para a história um legado importante: o *impeachment* de Fernando Collor. A decisão dos parlamentares foi influenciada em grande parte pela mobilização da sociedade e da imprensa, que exigiram o afastamento por crime de responsabilidade do primeiro presidente brasileiro eleito diretamente em 29 anos.

Acreditou-se que o Brasil iniciaria então uma nova fase, deixando para trás o título de "país da impunidade". A sociedade brasileira percebeu que essa mudança ainda está longe de ocorrer com a decisão, em dezembro passado, de cinco dos oito

ministros do STF de absolver Collor e PC Farias do crime de corrupção passiva.

Os juízes do STF – conhecido por ser um tribunal mais "político do que técnico" – argumentaram que a denúncia não ofereceria provas contra os réus; porém, o povo brasileiro não entendeu como puderam ser ignorados o uso por Collor de um carro comprado com cheque fantasma e o fato do ex-presidente ter utilizado recursos obtidos de forma ilícita por PC para pagamento de despesas pessoais. Collor continua com os direitos políticos cassados até 2001. (M.M.)